

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
O primeiro semestre de 2015 trouxe resultados significativos que mantiveram a Brasilcap na liderança do setor de capitalização. Com estratégias comerciais eficientes – caso dos novos produtos PostalCap (parceria com os Correios) e Parcela Premiável (parceria com o Grupo Votorantim), a Companhia, que completa 20 anos em 2015, registra números que reforçam o caráter da empresa inovadora, sustentável e em constante crescimento. O faturamento no período foi de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões. O desempenho contribuiu para o lucro líquido de R\$ 201,7 milhões (crescimento de 32,5% quando comparado aos seis primeiros meses do ano passado). As reservas técnicas atingiram R\$ 12,1 bilhões no primeiro semestre de 2015, crescimento de 13,3% em relação ao período anterior. O valor dos ativos totais chegou a R\$ 13,4 bilhões, com incremento de 14,9% frente ao primeiro semestre de 2014.

Cabe ressaltar que as reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive levando até os seus vencimentos os títulos marcados nessa categoria, de acordo com os preceitos das Circulares SUSEP nº 483 (2014) e 508 (2015).

A Brasilcap continuou ajudando a realizar os sonhos de milhares de brasileiros em todo o território nacional. No primeiro semestre, a Empresa distribuiu R\$ 91 milhões em prêmios, crescimento de 7,5% em relação ao mesmo período de 2014. O montante foi destinado para 14,5 mil títulos (incremento de 40,6%). A Companhia já recebeu seu primeiro troféu em 2015: a Empresa foi destaque na categoria "Líder de Mercado – Capitalização" no Prêmio Segurador Brasil, organizado pela editora Brasil Notícias. Na questão sustentável, a Brasilcap seguiu apoiando diversos projetos de responsabilidade socioambiental, com destaque para iniciativas voltadas para a Educação e Meio Ambiente coordenadas pela Fundação Banco do Brasil (FBB).

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Brasilcap, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos um agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, à força de vendas do Banco do Brasil, aos novos parceiros e a todos os colaboradores.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2015

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2015	31/12/2014	PASSIVO	Nota	30/06/2015	31/12/2014
CIRCULANTE DISPONÍVEL		10.989.995	9.963.901	CIRCULANTE	15	12.189.780	11.910.215
Caixa e Bancos		311	174	CONTAS A PAGAR		101.048	155.651
APLICAÇÕES	6	10.932.835	9.944.784	Obrigações a pagar		9.928	13.290
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	9	39.887	11.540	Impostos e encargos sociais a recolher		1.688	1.898
Créditos das operações de capitalização		39.887	11.540	Encargos trabalhistas		3.617	2.405
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		2.621	2.435	Impostos e contribuições		73.480	125.488
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.259	3.643	Outras contas a pagar		12.335	12.570
Títulos e créditos a receber		34	34	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	13	27.773	2.555
Créditos tributários e previdenciários		172	1.886	Débitos operacionais		27.773	2.555
Outros créditos		1.053	1.723	PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO	16	12.060.959	11.752.009
DESPESAS ANTECIPADAS		13.082	1.325	Provisão para rescates		11.683.626	11.408.057
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.418.521	3.036.224	Provisão para sorteios		291.369	264.846
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.408.140	3.022.945	Provisão para distribuição de bônus		85.964	79.106
APLICAÇÕES	6	1.600.608	2.316.290	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		734.051	660.915
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		807.482	706.598	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	15	734.051	660.915
Créditos tributários e previdenciários		111.854	104.486	CONTAS A PAGAR		-	214
Depósito judiciais e fiscais		695.628	602.112	Outras contas a pagar			214
DESPESAS ANTECIPADAS		50	57	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO		-	9.721
INVESTIMENTOS		1.239	1.250	Débitos operacionais			9.721
Imóveis destinados a renda		195	205	OUTROS DÉBITOS	11	734.051	650.980
Outros investimentos		1.044	1.045	Provisões judiciais		734.051	650.980
IMOBILIZADO		4.388	6.035	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	484.685	428.995
Imóveis de uso próprio		229	239	Capital social		231.264	111.264
Bens móveis		3.567	5.133	Reservas de lucros		51.731	317.731
Outras imobilizações		592	663	Lucros Acumulados		201.690	-
INTANGÍVEL		4.754	5.994	TOTAL DO PASSIVO		13.408.516	13.000.125
Outros intangíveis		4.754	5.994				
TOTAL DO ATIVO		13.408.516	13.000.125				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações em reais)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Receitas líquidas com títulos de capitalização		595.742	543.096
Arrecadação com título de capitalização		3.282.230	3.263.397
Variação da provisão para resgate		(2.686.488)	(2.720.301)
Variação das provisões técnicas		(24.028)	(19.177)
Resultado com outras provisões técnicas		(24.028)	(19.177)
Resultado com sorteio		(112.817)	(117.115)
Custo de aquisição		(284.326)	(262.413)
Outras receitas e despesas operacionais	18	(10.214)	(304)
Outras receitas operacionais		1.286	814
Outras despesas operacionais		(11.500)	(11.118)
Despesas administrativas	18	(43.740)	(37.192)
Pessoal próprio		(19.192)	(17.513)
Serviços de terceiros		(6.183)	(6.749)
Localização e funcionamento		(10.273)	(8.043)
Publicidade e propaganda		(2.998)	(1.394)
Publicações		(167)	(40)
Donativos e contribuições		(4.789)	(3.127)
Despesas administrativas diversas		(138)	(326)
Despesas com tributos		(23.471)	(20.437)
Resultado financeiro	18	239.295	165.649
Receitas financeiras		716.576	529.535
Despesas financeiras		(477.281)	(363.886)
Resultado patrimonial		193	77
Receitas com imóveis de renda		204	88
Despesas com imóveis destinados a renda		(11)	(11)
Resultado operacional		336.634	252.184
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(36)	(36)
Resultado antes dos impostos e participações		336.634	252.148
Imposto de renda		(82.075)	(60.794)
Contribuição social		(50.680)	(37.215)
Participação sobre o lucro		(2.189)	(1.929)
Lucro líquido do semestre:		201.690	152.210
Quantidade de ações		324.000.000	324.000.000
Lucro líquido por ação		0,6225	0,4698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Lucro líquido do semestre:	201.690	152.210
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do semestre:	201.690	152.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Lucro líquido do semestre:	201.690	152.210
Ajustes para:	3.688	3.076
Depreciações e amortizações		3.275
Perda na alienação de imobilização e intangível		36
Variação monetária de longo prazo		413
Variação das contas patrimoniais:	(6.856)	(98.882)
Ativos financeiros		(272.369)
Créditos das operações de capitalização		(27.863)
Créditos fiscais e previdenciários		1.714
Ativo fiscal diferido		(7.368)
Depósitos judiciais e fiscais		(94.690)
Despesas antecipadas		(11.750)
Contas a pagar		(3.362)
Impostos e contribuições		(1.002)
Outras contas a pagar		(235)
Débitos de operações com capitalização		15.497
Provisões técnicas - capitalização		308.950
Provisões judiciais		83.832
Outros passivos		(214)
<		

Nas últimas datas-base a solvência da Companhia apresentava-se conforme o quadro abaixo:

Exigência de Capital Mínimo Requerido

	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
1. Patrimônio Líquido Ajustado	466.794	421.614	342.113
Capital Base.....	10.800	10.800	10.800
2. Capital de Risco	260.506	275.238	244.246
Capital Adicional de Crédito.....	212.639	227.863	197.343
Capital Adicional de Subscrição.....	49.416	51.149	47.004
Capital Adicional Operacional.....	19.332	17.959	19.681
Benefício da correlação entre riscos.....	(20.881)	(21.733)	(19.782)
Razão entre CMR e PLA - %.....	179,2%	153,2%	140,1%
Suficiência/Insuficiência - R\$ mil.....	206.288	146.376	33.093
Suficiência/Insuficiência - PLA - % CMR.....	79,2%	53,2%	13,5%
Liquidez - Resolução CNSP nº 316/14 - Art. 2º V.....	419.774	454.020	246.366
Ativos Livres.....	471.875	509.066	295.215
Ativos Líquidos - 20% CMR.....	52.101	55.046	48.849

2.6.1. Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Patrimônio líquido	484.685	428.995	354.810
Despesas antecipadas.....	(13.132)	(1.382)	(6.109)
Ativo intangível.....	(4.754)	(5.994)	(6.583)
Obras de arte.....	(5)	(5)	(5)
Patrimônio líquido ajustado	466.794	421.614	342.113

Obs.: O Valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) foi calculado conforme Resolução CNSP nº 316/14.

Os Ativos Líquidos, presentes na Resolução CNSP nº 316/14 correspondem aos ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100% na cobertura das reservas técnicas.

O conceito de solvência também está presente na Resolução, corresponde ao percentual do capital que excede ao exigido por aqueles normativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os anos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

As receitas de Capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de Produto de Pagamento Único (PU) ou da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das despesas de provisão matemática para resgates, provisão para sorteio e demais custos de aquisição necessários à comercialização dos títulos, acompanham a forma de contabilização da receita. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas nas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de estudo técnico comprovou que não há necessidade de diferir as receitas de títulos de pagamento único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

3.1.2. Balanço patrimonial

Conforme Circular SUSEP nº 508/2015, o balanço patrimonial está classificado em ativo e passivo circulante e não circulante. O ativo circulante se espera que seja realizado, ou seja, mantido para a venda, negociação ou mantidos até o vencimento dentro do prazo dos 12 meses seguintes à data do balanço.

O ativo não circulante segregou os créditos acima de 12 meses ou com prazo indeterminado para sua realização, que não constituem negócios usuais para operação da empresa com exceção das aplicações financeiras mantidas até o vencimento que estão classificados em parte no grupo realizável a longo prazo.

O passivo circulante tem como finalidade manter suas exigibilidades dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço e engloba basicamente a operação da Companhia. O principal item do passivo circulante são as provisões técnicas, o critério utilizado para classificá-las no curto prazo baseia-se no direito dos proprietários dos títulos de capitalização de poder resgatá-las após o prazo de carência, contado a partir do início da vigência.

O passivo não circulante possui prazo de liquidação acima de 12 meses ou indeterminado, a classificação dos principais itens no longo prazo, notadamente as provisões fiscais, são oriundas de ações judiciais tributárias em que a Brasilcap é a autora, e que não possuem trânsito em julgado, estando as mesmas garantidas integralmente por meio de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são corrigidos com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.2. Instrumentos financeiros
• Classificação e mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's nºs 38, 39, 40 e 46, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa (disponível)

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que tenham objetivo de cumprir pagamentos de curto prazo. Limites de créditos bancários que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

• Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários, adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

• Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a Brasilcap possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

• Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros representados pelos títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções, swaps e contratos futuros.

3.3. Créditos tributários

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e de contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.4. Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição deduzido quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

A Administração, com base no histórico de perdas da Companhia para atendimento ao CPC nº 01, aprovado pela Circular SUSEP nº 508/2015, entende que não há indicadores de perda do valor recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte do um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação aplicadas estão ligadas à vida útil econômica dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do ativo intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua utilização.

3.7. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente foram calculadas considerando para o IRPJ a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 ao ano, e para a CSLL a alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até o mês de agosto de 2014, e 20% a partir de setembro do corrente exercício.

3.9. Provisões Técnicas

As provisões técnicas da Brasilcap são estabelecidas considerando o disposto na Resolução CNSP nº 281, de 30 de janeiro de 2013 na Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Circular SUSEP nº 469 de 19 de junho de 2013, sendo elas:

3.9.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A provisão matemática para capitalização é constituida para cada título em vigor ou suspenso enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título e abrange a parcela dos valores arrecadados com aplicação das respectivas cotas de capitalização. É calculada a partir da emissão da parcela única ou primeira parcela do título de capitalização ou a partir da informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

Mensalmente é capitalizada pela taxa de juros definida no plano e atualizada pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.2. Provisão para Resgates (PR)

As provisões para resgate de títulos vencidos e antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da provisão matemática para resgates na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de títulos vencidos, a data de final de vigência e, para títulos antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para Sorteio a Realizar (PSR)

Os valores destinados à constituição da provisão para sorteio a realizar foram calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, e a baixa da provisão de sorteio a realizar foi registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre o(s) pagamento(s), conforme estabelecido(s) no plano, e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada pela respectiva taxa de juros e/ou atualizada pelo índice de atualização do plano.

3.9.4. Provisão para Sorteio a Pagar (PSP)

A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.5. Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A provisão complementar de sorteio (PCS) deve ser constituída mensalmente para complementar a provisão de sorteios a realizar, e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. De forma geral, será necessária apenas nos casos de sorteios referentes à premiação instantânea e contemplação obrigatória. A reversão ou sua baixa se dá na efetiva contemplação do sorteio, ou ainda a partir do momento em que o saldo da provisão de sorteios a realizar da modalidade de sorteio com contemplação obrigatória for superior ao seu respectivo valor esperado.

3.9.6. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

Atendendo às mesmas orientações e determinações da Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, a Companhia alocou as provisões de contingência relativas à bônus no grupo de "Provisão de Distribuição de Bônus". A provisão para distribuição de bônus deve ser constituída enquanto não ocorrido o seu evento gerador e abrange os valores relativos à concessão de bônus por fiducição ou de bônus em renda variável.

A provisão de distribuição de bônus por fiducição tem como objetivo garantir a concessão de bônus aos clientes que permanecerem ativos e adimplentes até o fim da vigência dos títulos de capitalização que em nota técnica atuarial possuam esta previsão. A metodologia de cálculo desta provisão consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% (metade) da atualização monetária da provisão matemática para capitalização.

A provisão de distribuição de bônus em renda variável representa uma parte do resgate do título de capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da provisão de renda variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual(ais) aplicável(ais) sobre o(s) pagamento(s), conforme cotizações estabelecidas nos planos de capitalização, que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a essas cotas.

3.9.7. Outras Provisões Técnicas (OPT) - Provisões para Insuficiência de Sorteios

Atendendo às orientações e determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados por meio da Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, desde janeiro de 2015 a Companhia não mais constitui provisões de contingência relativas à insuficiência de sorteios no grupo "Outras Provisões Técnicas".

A Companhia avaliou a exposição a riscos dos demais ativos (2) e passivos (3) e concluiu não haver necessidade de se efetuar testes de análise de sensibilidade, em face da pequena representatividade tanto na estrutura patrimonial como nas operações da Companhia.

4.4. Risco de liquidez

4.4.1. Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia utiliza a análise de ALM como instrumento para avaliar o nível de descasamento de prazos e de exposição entre ativos e passivos. Os prazos dos resgates dos títulos de capitalização emitidos pela Companhia são comparados com os prazos dos ativos da carteira garantidora desses títulos, identificando-se possíveis pontos de descasamento. Apesar da possibilidade de resgate antecipado, os títulos estão apresentados no passivo circulante, haja vista que, os fluxos futuros do passivo possuem comportamento de resgates antecipados característicos, que são estimados e projetados pela Companhia com a mesma distribuição observada no histórico de cada produto de captação.

Nesta Nota Explicativa, a análise apresentada considera a projeção de todos os fluxos de todos os ativos financeiros, bem como das contas de despesas, necessárias para a manutenção da Companhia em regime de *run off*, regime de funcionamento no qual os produtos deixam de ser negociados e a Companhia continua em funcionamento até a extinção total das obrigações assumidas.

Do lado das fontes de recursos, a maioria dos ativos financeiros garantidores das operações de capitalização possui mercado ativo que possibilita sua venda antes do vencimento, permitindo à Companhia fazer frente às eventuais necessidades de caixa. Apesar de realista, a hipótese da venda antecipada dos ativos financeiros não foi considerada na análise mostrada nesta Nota. De forma conservadora, os ativos foram considerados líquidos em seus respectivos vencimentos.

Nesta análise, as eventuais sobras de caixa foram remuneradas pela estrutura a termo das taxas de juros projetadas com base em cenários referentes ao mercado de DI.

A tabela a seguir mostra as análises realizadas nas últimas datas-base.

Fluxo data-base: 30/06/2015

Descrição do fluxo	out 2014-mar 2015	abr-set 2015	out 2015-mar 2016	abr-set 2016	out 2016-mar 2017	abr-set 2017	out 2017-mar 2018	abr-set 2018	out 2018-mar 2019	abr-set 2019
Fluxo de Caixa dos Ativos	2.772.098	3.401.743	3.465.463	1.386.223	1.673.854	151.107	1.216.423	179.354	52.323	58.143
Recebimentos das Demais Parcelas.....	988.930	757.668	579.415	391.954	296.610	211.542	152.225	80.179	42.053	10.687
Fluxo de caixa do Passivo (Exigibilidades).....	(2.489.587)	(3.512.851)	(2.568.687)	(2.753.282)	(2.138.566)	(2.248.129)	(552.361)	(889.169)	(323.024)	(463.735)
Caixa Líquido - Primário.....	1.271.441	646.560	1.476.191	(975.105)	(168.102)	(1.885.480)	816.287	(629.636)	(228.648)	(394.905)
Caixa Anterior + Remuneração.....	59.989	1.452.273	2.239.567	3.978.318	3.133.854	3.133.101	1.299.086	2.214.007	1.665.984	1.502.479
Saldo de Caixa.....	1.331.430	2.098.833	3.715.758	3.003.213	2.965.752	1.247.621	2.115.373	1.584.371	1.437.336	1.107.574

Fluxo data-base: 31/12/2014

Descrição do fluxo	out 2014-mar 2015	abr-set 2015	out 2015-mar 2016	abr-set 2016	out 2016-mar 2017	abr-set 2017	out 2017-mar 2018	abr-set 2018	out 2018-mar 2019	abr-set 2019
Fluxo de Caixa dos Ativos	2.801.111	2.021.893	3.414.511	3.233.825	771.448	158.474	158.933	1.202.573	112.710	50.689
Recebimentos das Demais Parcelas.....	1.156.824	916.764	684.666	534.072	406.369	320.574	229.303	107.835	28.360	6.806
Fluxo de caixa do Passivo (Exigibilidades).....	(2.804.871)	(2.362.924)	(2.731.691)	(2.478.960)	(2.111.443)	(2.041.413)	(953.030)	(1.330.004)	(314.718)	(229.750)
Caixa Líquido - Primário.....	1.153.064	575.733	1.367.486	1.288.937	(933.626)	(1.562.365)	(564.794)	(19.596)	(173.648)	(172.255)
Caixa Anterior + Remuneração.....	48.219	1.295.282	2.052.105	3.598.682	5.270.183	4.447.380	3.088.610	2.619.040	2.738.341	2.700.045
Saldo de Caixa.....	1.201.283	1.871.015	3.419.591	4.887.619	4.336.557	2.885.015	2.523.816	2.599.444	2.564.693	2.527.790

4.5. Risco de crédito

4.5.1. Política de risco de crédito

A Política aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvem risco de crédito e está estruturada de forma a atender às restrições legais e ao gerenciamento da carteira de ativos. Atualmente, o limite de exposição ao risco de crédito de instituições privadas está definido em 24% dos ativos totais da Companhia, incluindo nessa exposição títulos de instituições financeiras e não financeiras.

4.5.2. Sistemas de mensuração

A Companhia avalia a perda esperada para a carteira de ativos, com base nas notas de rating e prazos dos títulos privados, conforme metodologia própria. A tabela a seguir mostra os percentuais esperados de default utilizados pela Companhia para avaliação desses riscos:

Tabela de Atribuição de Probabilidade de Default, por Rating e Prazo, Para Títulos de Renda Fixa Privados							
Prazos (anos) X Rating	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC/C
1	0,02%	0,04%	0,10%	0,49%	0,74%	1,11%	1,66%
3	0,14%	0,28%	1,08%	3,88%	5,82%	8,73%	13,09%
5	0,34%	0,68%	2,27%	6,61%	9,91%	14,87%	22,30%
7	0,50%	1,00%	3,00%	7,92%	11,88%	17,82%	26,72%
30	0,92%	1,84%	4,44%	9,59%	14,38%	21,58%	32,36%

(*) Escala de Rating Local - A tabela acima mostra escala de risco de nível local (Brasil) utilizada para avaliação de risco de crédito privado da carteira de investimentos definida pelas agências Fitch Atlantic Rating, S&P e Moody's, ou seja, com classificação na escala de investimento (investment grade), no caso de ratings divergentes é considerado sempre o de pior avaliação. A atribuição dessa classificação é realizada pela BB DTVM, empresa contratada como administradora dos fundos de investimentos e carteiras de ativos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra os valores estimados de default, para os títulos privados existentes na carteira de investimentos da Companhia, nas datas bases abaixo:

Rating	30/06/2015		31/12/2014	
	Exposição	Risco de Crédito	Exposição	Risco de Crédito
AAA.....	1.207.262	343	1.491.699	691
AA.....	908.830	1.814	807.134	1.629
A.....	207.101	619	266.754	861
BBB.....	80.622	395	-	-
Total.....	2.403.815	3.171	2.565.587	3.181

O resultado dessa avaliação é acompanhado pelo Gestor de Investimentos e informado ao Comitê Financeiro em suas reuniões ordinárias e à Diretoria Financeira, oportunamente, quando da ocorrência de alterações na carteira.

4.5.3. Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, a Companhia adota uma postura conservadora e utiliza limites de exposição e de concentração restritivos, de forma a manter-se em conformidade com os limites indicados pela SUSEP, baseado no Capital Mínimo Requerido (nota 2.6) e dentro das melhores práticas de gestão de ativos.

4.5.4. Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do "apetite" de risco da Companhia e o estabelecimento de limites de exposição a risco de concentração e de perdas estimadas.

6. APLICAÇÕES

6.1. Classificação da carteira

Conforme Circular SUSEP nº 508, de 09 de janeiro de 2015, Anexo I, Artigo 21, § 3º - Os ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante. A Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

30/06/2015

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
CDB.....	-	-	61.186	-	61.186	61.186	0,49
Debêntures.....	37.603	-	15.380	532.082	585.065	585.065	4,67
Letra financeira.....	-	114.666	305.823	1.289.24			

6.2.2. Composição do fundo de investimento renda variável:

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	30/06/2015			31/12/2014		
		Valor Contábil	Valor Justo	%	1 a 30 dias ou sem vencimento	Valor Contábil	Valor Justo
LTN - 1 DIA.....	1.308	1.308	1.308	1,56	14.415	14.415	14.415
NTN-B - 1 DIA.....	528	528	528	0,63	99	99	99
AJUSTE DE DI FUTURO	(6)	(6)	(6)	(0,01)	(185)	(185)	(185)
SALDO DE CAIXA.....	2	2	2	-	2	2	2
VALORES A RECEBER	1.261	1.261	1.261	1,50	169	169	169
VALORES A PAGAR	(1.384)	(1.384)	(1.384)	(1,65)	(369)	(369)	(369)
ALL AMER LAT.....	-	-	-	-	120	120	120
AMBEV.....	6.528	6.528	6.528	7,77	5.483	5.483	5.483
BANCO DO BRASIL.....	1.419	1.419	1.419	1,69	1.319	1.319	1.319
BB SEGURIDADE.....	1.944	1.944	1.944	2,32	1.468	1.468	1.468
BCO. SANTANDER.....	59	59	59	0,07	36	36	36
BMF BOVESPA.....	2.797	2.797	2.797	3,33	1.364	1.364	1.364
BR MALLS.....	58	58	58	0,07	52	52	52
BR PROPERTIE.....	28	28	28	0,03	21	21	21
BRAD PART.....	1.389	1.389	1.389	1,66	21	21	21
BRADESCO.....	7.634	7.634	7.634	9,09	7.562	7.562	7.562
BRASIL FOODS.....	3.553	3.553	3.553	4,23	3.435	3.435	3.435
BRASKEM.....	441	441	441	0,53	31	31	31
CCR RODOVIAS.....	1.341	1.341	1.341	1,60	763	763	763
CEMIG.....	78	78	78	0,09	67	67	67
CESP.....	31	31	31	0,04	570	570	570
CETIP.....	77	77	77	0,09	56	56	56
CIA. HERING.....	13	13	13	0,02	18	18	18
CIÉLO.....	2.988	2.988	2.988	3,56	1.963	1.963	1.963
COPEL.....	33	33	33	0,04	562	562	562
COSAN.....	29	29	29	0,03	27	27	27
CPFL ENERGIA.....	2.120	2.120	2.120	2,53	612	612	612
CYRELA.....	22	22	22	0,03	19	19	19
DURATEX S/A.....	17	17	17	0,02	16	16	16
ECORODOVIAS.....	14	14	14	0,02	15	15	15
ELETROBRAS.....	27	27	27	0,03	21	21	21
ELETROPAULO.....	-	-	-	-	5	5	5
EMBRAER.....	1.670	1.670	1.670	1,99	1.475	1.475	1.475
ENERGIAS BR.....	24	24	24	0,03	14	14	14
EQUATORIAL.....	950	950	950	1,13	-	-	-
ESTÁCIO.....	43	43	43	0,05	1.704	1.704	1.704
EVEN S/A.....	-	-	-	-	8	8	8
FIBRIA CELUL.....	83	83	83	0,10	49	49	49
GAFISA.....	8	8	8	0,01	6	6	6
GERDAU.....	970	970	970	1,16	58	58	58
GERDAU MET.....	15	15	15	0,02	20	20	20
GOL LINHAS.....	7	7	7	0,01	14	14	14
HYPERMARCAS.....	2.064	2.064	2.064	2,46	1.205	1.205	1.205
ITAUÚ UN. HOL.....	9.118	9.118	9.118	10,86	9.829	9.829	9.829
ITAUSA.....	3.741	3.741	3.741	4,46	200	200	200
JBS S/A.....	3.099	3.099	3.099	3,69	123	123	123
KLABIN.....	732	732	732	0,87	38	38	38
KROTON.....	1.805	1.805	1.805	2,15	1.485	1.485	1.485
LIGHT.....	-	-	-	-	11	11	11
LOCALIZA.....	40	40	40	0,05	392	392	392
LOJ AMER.....	1.279	1.279	1.279	1,52	1.174	1.174	1.174
LOJAS RENNER.....	2.667	2.667	2.667	3,18	-	-	-
MARCOPOLO.....	11	11	11	0,01	12	12	12
MARFRIG.....	17	17	17	0,02	1.722	1.722	1.722
MR ENGENHARIA.....	419	419	419	0,50	314	314	314
MULTIPLAN.....	555	555	555	0,66	380	380	380
NATURA.....	40	40	40	0,05	37	37	37
OI S/A.....	17	17	17	0,02	27	27	27
PÃO AÇÚCAR.....	100	100	100	0,12	1.193	1.193	1.193
PDG REALTY.....	-	-	-	-	8	8	8
PETROBRAS.....	8.381	8.381	8.381	9,98	5.011	5.011	5.011
QUALICORP.....	38	38	38	0,05	457	457	457
RAJADROGASIL.....	601	601	601	0,72	-	-	-
ROSSI RESID.....	-	-	-	-	2	2	2
RUMO LOGIST.....	14	14	14	0,02	-	-	-
SABESP.....	50	50	50	0,06	38	38	38
SID NACIONAL.....	32	32	32	0,04	26	26	26
SMILES.....	395	395	395	0,47	-	-	-
SOUZA CRUZ.....	82	82	82	0,10	50	50	50
SUZANO PAPEL.....	1.809	1.809	1.809	2,16	2.190	2.190	2.190
TAESA.....	-	-	-	-	1.226	1.226	1.226
TELEF BRASIL.....	1.812	1.812	1.812	2,16	84	84	84
TIM PART S/A.....	72	72	72	0,09	1.078	1.078	1.078
TRACTEBEL.....	62	62	62	0,07	47	47	47
ULTRAPAR.....	2.707	2.707	2.707	3,23	1.124	1.124	1.124
USIMINAS.....	17	17	17	0,02	1.102	1.102	1.102
VALE S/A.....	4.021	4.021	4.021	4,79	4.914	4.914	4.914
Total.....	83.916	83.916	83.916	100,00	78.673	78.673	78.673

6.3. Movimentação das aplicações financeiras

Títulos	Saldo em 31/12/2014						Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2014	Aplicações	Resgate	Juros/Amortização	Rentabilidade	Ajuste TVM	
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	8.817.102	2.190.375	(1.795.872)	(66.333)	524.562	(4.391)	9.665.443
Títulos Privados.....	2.514.790	256.315	(508.605)	(58.912)	157.673	(4.391)	2.356.870
Quotas de Fundos de Investimentos.....	6.302.312	1.934.060	(1.287.267)	(7.421)	366.889	-	7.308.573
Títulos mantidos até o vencimento	3.443.972	78.506	(800.329)	(28.972)	174.823	-	2.868.000
Títulos Públicos	3.443.972	78.506	(800.329)	(28.972)	174.823	-	2.868.000
Total	12.261.074	2.268.881	(2.596.201)	(95.305)	699.385	(4.391)	12.533.443

<table border

6.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota instrumentos financeiros derivativos em contratos futuros de DI, nos fundos de investimentos exclusivos, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros. O quadro a seguir mostra a exposição da carteira às taxas de juros, exclusivamente para ativos marcados a mercado, com os respectivos contratos futuros de DI.

Somente títulos marcados a mercado

Título	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato derivativo	Vencimento do Derivativo	Volume Deriv. (Pós)	Exposição pré líquida	30/06/2015
LTN	jul/15	409.791	DI1N15 0001	jul/15	-	409.791	
LTN	out/15	1.014.403		out/15	(806.776)	207.627	
LTN	jan/16	840.671	DI1F16 0001	jan/16	(529.646)	311.025	
LTN	abr/16	958.197		abr/16	(578.649)	379.548	
LTN	jul/16	507.215	DI1N16 0001	jul/16	(272.018)	235.197	
LTN	out/16	317.184		out/16	(219.987)	97.197	
LTN	jan/17	541.997	DI1F17 0001	jan/17	(404.933)	137.064	
NTN-F	jan/17	43.622		Jan/17	-	43.622	
LTN	jul/17	1.172.526		jul/17	(439.366)	733.160	
NTN-F	jan/18	39.384	DI1F18 0001	jan/18	-	39.384	
NTN-F	jan/19		DI1F19 0001	jan/19	(26.181)	(26.181)	
Total		5.844.990			(3.277.556)	2.567.434	

Título	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato derivativo	Vencimento do Derivativo	Volume Deriv. (Pós)	Exposição pré líquida	30/06/2015	31/12/2014
LTN	jan/15	169.926	DI1F15 0001	jan/15	-	169.926		
NTN-F	jan/15	31.450		Jan/15	-	31.450		
LTN	abr/15	525.767	DI1J15 0001	abr/15	(77.759)	448.008		
LTN	jul/15	386.809	DI1N15 0001	jul/15	(292.531)	94.278		
LTN	out/15	867.644		out/15	(762.955)	104.689		
LTN	jan/16	796.705	DI1F16 0001	jan/16	(557.962)	238.743		
LTN	abr/16	910.401		abr/16	(868.032)	42.369		
LTN	jul/16	482.961	DI1N16 0001	jul/16	(320.834)	162.127		
LTN	out/16	205.793		out/16	(206.020)	(227)		
LTN	jan/17	203.916	DI1F17 0001	jan/17	(164.903)	39.013		
NTN-F	jan/17	43.732		jan/17	-	43.732		
NTN-F	jan/18	39.423	DI1F18 0001	jan/18	(19.231)	20.192		
Total		4.664.527			(3.270.227)	1.394.300		

O fundo exclusivo de renda variável em 31 de dezembro de 2014 possuía 260 contratos de derivativos (INDG15-IND FUTURO), de vencimento em 18 de fevereiro de 2015, com valor nominal de R\$ 13.121 com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operações compromissadas (R\$ 14.122). Em 30 de junho de 2015, o fundo possuía 110 contratos de derivativos (INDG15- IND FUTURO) de vencimento em 12 de agosto de 2015, com valor nacional de R\$ 5.917, com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operação compromissada (R\$ 1.029).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

Ativos	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Ativos mensurados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa.....	311	311	174	174
Ativos para negociação				
Aplicações financeiras (Nota 6.1).....	9.665.443	9.665.443	8.817.102	8.817.102
Ativos mantidos até o vencimento				
Aplicações financeiras (Nota 6.1).....	2.868.000	2.779.006	3.443.972	3.356.220
Empréstimos e recebíveis (i)	39.887	39.887	11.540	11.540
Total dos Ativos	12.573.641	12.484.647	12.272.788	12.185.036
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores (Nota 15).....	6.914	6.914	7.898	7.898
Partes relacionadas (Nota 19).....	35.998	35.998	22.456	22.456
Total dos Passivos	42.912	42.912	30.354	30.354

(i) Os Empréstimos e recebíveis compreendem as vendas de títulos de capitalização não recebidas até a data do balanço.

8. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para garantia das provisões técnicas foram oferecidos em cobertura os seguintes ativos:

Provisões Técnicas	30/06/2015		31/12/2014	
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Saldo em 31/12/2014	Adições
Ativos Garantidores				
CDB.....	61.186	185.743		
Debêntures.....	585.065	714.201		
CRI	887	1.222		
Letra Financeira.....	1.709.732	1.613.624		
Títulos de Renda Fixa - Privados				
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	2.356.870	2.514.790		
LTN.....	1.769.099	2.268.280		
NTN-B.....	1.004.976	1.050.006		
NTN-F.....	93.925	125.686		
Títulos de Renda Fixa - Públicos				
Quotas de Fundo de Investimentos.....	2.868.000	3.443.972		
Total dos Ativos Garantidores	12.532.834	12.260.431		
Ativos Livres	471.875	508.422		

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Créditos de Títulos de Capitalização a receber	30/06/2015		31/12/2014	
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Saldo em 31/12/2014	Adições
Créditos de Títulos de Capitalização a receber	39.887	11.540	39.887	11.540

Os Créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, estão distribuídos em entre 1 a 30 dias.

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIARIOS

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, composto principalmente de ações judiciais e ajuste a valor de mercado das aplicações financeiras classificadas na categoria para negociação. No caso das ações judiciais estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos, referente aos valores decorrentes de ajuste a valor de mercado, serão realizados a medida em que ocorrerem os vencimentos das aplicações. Com base no histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, somado as projeções de resultados, é entendimento da administração, que a Companhia tem capacidade suficiente para absorver os montantes de créditos tributários diferidos. Referente aos demais créditos tributários registrados no ativo circulante, são oriundos das operações financeiras da Companhia, que serão realizados de acordo com a legislação vigente.

Imposto de renda a compensar	30/06/2015		31/12/2014	
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Saldo em 31/12/2014	Adições
IRPJ sobre adições temporárias.....	172	1.886		
CSLL sobre adições temporárias.....	70.739	66.126		
Total Ativo Circulante	112.026	106.372		
Total Ativo Não Circulante	172 </td			

Com a instituição da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, foi ampliado à adesão do REFIS, para os débitos apurados até dezembro de 2013. A Companhia optou em aderir o programa no processo administrativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL exercício 2008.

Processo nº	Identificação	Principal	Atualização Monetária	DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS	Multas de ofício - Isolada	Juros sobre Multa	Saldo	Principal	PAGAMENTO	Juros e Multas	Total	BENEFÍCIO FISCAL
16682.720053/2010-39	Auto de infração - CSLL2008	1.057		548	1.322	506	3.433	1.057	897	1.954	1.479	
Total		1.057		548	1.322	506	3.433	1.057	897	1.954	1.479	

A Companhia optou pelo pagamento à vista, com redução de 100% das multas de mora e de ofício, 100% das multas isoladas.

13. COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR ACORDO OPERACIONAL

Foi assinado contrato de cessão de direitos, no intuito de possibilitar o início da comercialização de produtos de capitalização nas agências do Banco do Brasil S.A. ("BB") oriundas do Banco Nossa Caixa ("BNC"), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), BB, a Icatu Capitalização S.A. ("Icatu Cap") – partes relacionadas e a Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap"), no valor de R\$ 61.664 a serem pagos pela Brasilcap ou BB (na parcela referente a eventual parte do resultado não atingido), a partir de agosto de 2015 e prazo máximo até janeiro de 2018, com base no resultado apurado a partir de julho de 2014. O registro dessa despesa está sendo feito mediante o reconhecimento da receita correspondente das vendas de títulos de capitalização nas agências oriundas do BNC.

No 1º semestre de 2015 apurou-se um resultado no valor de R\$ 10.952. O valor devido no período de 01 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015 atingiu o montante de R\$ 22.850, que foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante no grupo de Outros Débitos Operacionais.

14. IMÓBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Composição do imobilizado e intangível

				30/06/2015	31/12/2014
		Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
ATIVOS					
Terrenos...	-		83		83
Edificações...	4		482	(336)	146
Benfeitorias em imóveis de terceiros...	10		1.473	(881)	592
Instalações...	10		1.183	(854)	329
Veículos...	20		361	(80)	281
Equipamentos de arrendamento mercantil...	20		7.479	(6.269)	1.210
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios...	10 e 20		7.772	(6.025)	2.047
Total			18.833	(14.445)	4.388
ATIVOS					
Intangível...	20		25.170	(20.416)	4.754
Total			25.170	(20.416)	4.754
Total Geral			44.003	(34.861)	9.142
b. Movimentações do imobilizado e intangível					

				Saldo	Alienações/ Baixas	Despesas de Depreciação/ Amortização	Saldo
		Líquidos em 31/12/2014	Aquisições/ Baixas	Transferência	Líquidos em 30/06/2015		
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL							
Imóveis...	239	-	-	-	(10)	229	
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	663	-	-	-	(71)	592	
Instalações	388	-	-	-	(59)	329	
Veículos...	268	99	(48)	-	(38)	281	
Equipamentos de Leasing ...	2.430	-	-	-	(1.220)	1.210	
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios...	2.047	74	(8)	-	(366)	1.747	
Intangível....	5.994	260	-	-	(1.500)	4.754	
Total	12.029	433	(56)	-	(3.264)	9.142	

				Saldo	Alienações/ Baixas	Despesas de Depreciação/ Amortização	Saldo
		Líquidos em 31/12/2013	Aquisições/ Baixas	Transferência	Líquidos em 31/12/2014		
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL							
Imóveis...	258	-	-	-	(19)	239	
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	268	90	(114)	557	(138)	663	
Instalações	398	100	-	-	(110)	388	
Veículos...	285	82	(31)	-	(68)	268	
Equipamentos de Leasing ...	4.050	-	-	-	(1.620)	2.430	
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios...	3.366	513	(555)	(557)	(720)	2.047	
Intangível....	8.187	965	-	-	(3.158)	5.994	
Total	16.812	1.750	(700)	-	(5.833)	12.029	

15. CONTAS A PAGAR

Conforme Circular SUSEP nº 508/2015, o passivo circulante tem como finalidade manter seus créditos dentro dos 12 meses seguintes à data do Balanço e engloba basicamente as operações com fornecedores, acionistas e funcionários e o passivo não circulante tem como finalidade manter os créditos acima de 12 meses.

Passivo Circulante

Obrigações a pagar

	30/06/2015	31/12/2014
Fornecedores a pagar.....	9.928	13.290
Juros sobre capital próprio a pagar.....	6.750	7.627
Dividendos a pagar.....	30	619
Participações nos lucros a pagar.....	2.002	3.749
Leasing a Pagar	164	202
Outras obrigações a pagar	164	271
Impostos e encargos sociais a recolher	1.688	1.898
IRRF de funcionários e terceiros.....	940	1.198
INSS e FGTS a recolher.....	644	595
Outros impostos	104	105
Encargos trabalhistas	3.617	2.405
Férias.....	1.965	1.798
Encargos sobre férias.....	914	607
Impostos e contribuições	73.480	125.488
Imposto de renda.....	48.353	84.525
Contribuição social	25.127	40.963
Outras contas a pagar	12.335	12.570
Taxa de administração da carteira.....	10.124	10.227
Outras contas a pagar	2.211	2.343
Passivo Não Circulante	-	214
Obrigações a pagar	-	214
Obrigações operacionais.....	-	-

16. PROVISÕES TÉCNICAS

Conforme Circular SUSEP nº 508/2015, a provisão técnica está classificada no passivo circulante e tem como finalidade manter seus créditos dentro do prazo de 12 meses seguintes à data do Balanço e engloba as operações de capitalização.

a. Composição das provisões técnicas

	30/06/2015	31/12/2014
Provisão Matemática para Capitalização (PMC).....	11.401.519	11.168.659
Provisão para Resgates (PR).....	282.107	239.398
Provisão para Sorteios a Realizar (PSR).....	279.300	254.028
Provisão para Sorteios a Pagar (PSP).....	12.069	10.818
Provisão para Distribuição de Bônus (PDB).....	85.964	79.106
Total das Provisões Técnicas	12.060.959	11.752.009

b. Movimentação das provisões técnicas

	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgates (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)	Outras provisões Técnicas	Total
Saldo em 31/12/2014....	11.168.659	239.398	254.028	10.818	79.106	-	11.752.009
(+) Constituições	2.705.920	2.835.870	126.316	96.054			

21. OUTROS ASSUNTOS

21.1. Lei 12.973/2014

A Administração efetuou uma avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, Instrução Normativa nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013, Instrução Normativa nº 1.515 de 26 de novembro de 2014 e Instrução Normativa nº 1.524 de 09 de dezembro de 2014.

Com base nesta avaliação, foi elaborado o estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que à sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

21.2. Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) – Medida Provisória (MP) 675/15

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerados a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20%.

Embora a MP possua efeito de lei desde a data de sua edição, sua vigência é limitada a um prazo de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias e necessita ser convertida em lei pelo Congresso Nacional para que possa produzir efeitos por um prazo indeterminado.

A conversão em lei não havia ocorrido até 30 de junho de 2015 e nem até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Os efeitos desta MP não foram considerados como "substantivos de promulgação real", e desta forma não houve qualquer impacto na mensuração dos ativos e passivos em 30 de junho de 2015.

21.3. Cobertura de Seguros

Face à natureza de suas atividades a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos.

Em 30 de junho de 2015, os ativos da Companhia apresentam-se segurados conforme abaixo:

- Coberturas contratadas para Veículos (Colisão, Danos materiais, corporais, morais e morte e invalidez) – R\$ 1.240 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014;
- Coberturas contratadas para Responsabilidade Civil (Danos ambientais, cadastrais, corporais, materiais, morais e de continuidade) - R\$ 70.704 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014; e
- Coberturas contratadas para Seguro Empresarial (Incêndio, roubo/furto, danos elétricos, responsabilidade civil) - R\$ 9.295 em 30 de junho de 2015 e R\$ 11.173 em 31 de dezembro de 2014.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da companhia, relativas ao Semestre findo em 30/06/2015, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A., tendo concluído, com base nesse exame e no Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da companhia. Manifesta, ainda, com fundamento no inciso III do artigo 163, da

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2015

Lei 6.404/1976, seu parecer favorável à deliberação do Conselho de Administração que, em reunião desta data, decidiu remunerar os acionistas da companhia mediante pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no semestre encerrado em 30/06/2015, destinando o montante de **R\$ 201.689.755,54** (Duzentos e um milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), à razão de **R\$ 0,62249925**, a serem pagos na forma da Lei, na data de **13/08/2015**, e ratificados na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Eberson Carlos Costa
Conselheiro Titular

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Conselheiro Titular

Ives Cézar Füller
Conselheiro Titular

José Carlos Reis da Silva
Conselheiro Titular

Márcio Santiago Câmara
Conselheiro Titular

COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO DO RELATÓRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A. é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, subordinado ao Conselho de Administração da companhia e constituído em conformidade com a Resolução Nº 312/2014, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Durante o primeiro semestre de 2015, o Comitê desenvolveu suas atividades de forma regular, como previsto na legislação e no seu regimento interno; reuniu-se periodicamente com o Conselho de Administração, Presidente e administradores das diversas áreas da companhia e com os responsáveis pelas Auditorias Interna e Externa; e analisou relatórios e outros documentos com o objetivo de determinar como os riscos inerentes às atividades da companhia são identificados, monitorados e gerenciados.

O Comitê tomou conhecimento dos planos de ação oriundos dos trabalhos da área de controles internos, que se mostraram eficazes na mitigação dos riscos não desejados, minimizando a possibilidade de ocorrências de

danos materiais e não conformidade com leis e regulamentos aplicáveis e está acompanhando o andamento dos trabalhos.

O Comitê também avaliou a efetividade das Auditorias Externa e Interna da companhia, cujos trabalhos foram acompanhados durante todo o semestre.

O Comitê de Auditoria revisou as demonstrações financeiras da companhia referentes ao primeiro semestre de 2015, elaboradas em conformidade com as instruções editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes, concluindo que tais documentos são adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais vigentes.

Jehferson Wohllerz de Mello
Coordenador do Comitê

Joaquim Alfredo da Cruz Filho
Membro do Comitê

Alexandre Petrone Vilardi
Membro do Comitê

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHEIROS

Valdir Moysés Simão
Luís Inácio Lucena Adams
Gilson Alceu Bitencourt
Alexandre Petrone Vilardi
Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho

PRESIDENTE

Marcio Lobão

DIRETORES

Marcos Renato Coltri
Marcus Moreira de Almeida

CONTADOR

Jairton Cardoso Guimarães
CRC-RJ 077462/O-4

ATUÁRIA

Jacqueline Marques Lana
MIBA 784

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da Brasilcap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas selecionadas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações

apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditar

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4